

**CAU/RS**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Rio Grande do Sul

PROCESSO	SEI nº 00176.000548/2023-42 SICCAU nº 1417269/2021
INTERESSADO	M. R. A. LTDA
ASSUNTO	Análise de Recurso – Processo de Fiscalização

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPO RS Nº 1710/2023 – CAU/RS

Aprova relatório e voto fundamentado referente ao recurso do Processo de Fiscalização (Protocolo SICCAU nº 1417269/2021) e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL – CAU/RS no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 29 do Regimento Interno do CAU/RS reunido ordinariamente, na no Salão de Eventos Flowork, Rua Mostardeiro nº 777 - Independência, Porto Alegre/RS, no dia 24 de novembro de 2023, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando o inteiro teor do processo em epígrafe o qual contém a decisão exarada pela Comissão de Exercício Profissional, que aprovou o relatório e voto fundamentado do conselheiro relator, decidindo pela manutenção do auto de infração, e, conseqüentemente, da multa imposta por meio deste, em razão de que a pessoa jurídica autuada, incorreu em infração ao art. 35, inciso X, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por exercer atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, estar registrada no CAU;

Considerando o recurso interposto ao Plenário do CAU/RS pela parte interessada, em 22 de fevereiro de 2023;

Considerando a distribuição do referido processo, na 143ª Reunião Plenária do CAU/RS, realizada em 28 de abril de 2023 para apreciação e julgamento, com base em relatório e voto fundamentado de conselheira relatora designada dentre os membros do Plenário do CAU/RS, nos termos do art. 55, caput, da Resolução CAU/BR nº 198/2023;

Considerando relato e voto apresentado pela conselheira relatora a qual opina pela manutenção do Auto de Infração nº 1000144348 / 2022, com valor ajustado, conforme o disposto no art. 81, parágrafo único, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, a multa deve ser calculada de acordo com a norma mais benéfica ao infrator entre a Resolução CAU/BR nº 22/2012 e a Resolução CAU/BR nº 198/2020, ou seja, com a norma que leve a um valor menor, para o valor de 4 (quatro) anuidades que corresponde a R\$ 2.536,16 (dois mil, quinhentos e trinta e seis reais com dezesseis centavos), com fulcro nos arts. 49, § 2º, inciso I, e art. 81, parágrafo único, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, em razão de que a pessoa jurídica autuada, M. R. A. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.938.223/0001-44, incorreu em infração ao art. 35, inciso X, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por ausência de registro de pessoa jurídica no CAU.

DELIBERA:

1 - Aprovar o relatório e voto fundamentado determinando a manutenção do Auto de Infração nº 1000144348/2022 e pela redefinição do valor da multa aplicada pelo agente de fiscalização, para o valor de 4 (quatro) anuidades que corresponde a R\$ 2.536,16 (dois mil, quinhentos e trinta e seis reais com dezesseis centavos);

2- Encaminhar o presente processo à Secretaria Geral para providências necessárias;

3 - Encaminhar esta deliberação para publicação no sítio eletrônico do CAU/RS.

Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

150ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/RS

Folha de Votação

	Conselheiro	Votação			
		Sim	Não	Abst.	Ausên.
1	Alexandre Couto Giorgi	X			
2	Andréa Larruscahim Hamilton Ilha	X			
3	Carlos Eduardo Iponema Costa	X			
4	Carlos Eduardo Mesquita Pedone				X
5	Denise dos Santos Simões	X			
6	Emilio Merino Dominguez				X
7	Evelise Jaime de Menezes	X			
8	Fábio Müller				X
9	Fábio André Zatti	X			
10	Fausto Henrique Steffen	X			
11	Gislaine Vargas Saibro	X			
12	Ingrid Louise de Souza Dahm	X			
13	Lidia Glacir Gomes Rodrigues	X			
14	Magali Mingotti				X
15	Márcia Elizabeth Martins	X			
16	Nubia Margot Menezes Jardim	X			
17	Orildes Tres	X			
18	Pedro Xavier De Araújo	X			
19	Rinaldo Ferreira Barbosa	X			
20	Rodrigo Spinelli				X
21	Silvia Monteiro Barakat	X			

Histórico da votação:**Reunião Plenária Ordinária Nº 150****Data:** 24/11/2023**Matéria em votação:** Análise de Recurso – Processo de Fiscalização SICCAU nº 1417269/2021**Resultado da votação:** Sim (16) Não (00) Abstenções (00) Ausências (05) Total (16)**Impedimento/suspeição:** -**Ocorrências:** -**Condutor dos trabalhos (Presidente):** Tiago Holzmann da Silva**Secretária:** Mônica dos Santos Marques

Documento assinado eletronicamente por **MÔNICA DOS SANTOS MARQUES**, Coordenadora de Secretaria e Apoio às Comissões e Órgãos Colegiados, em 07/12/2023, às 19:22, conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO HOLZMANN DA SILVA, Presidente do CAU/RS**, em 09/12/2023, às 15:50, conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **F60CBAD2** e informando o identificador **0121858**.

Rua Dona Laura, 320 - 14º andar | CEP 90430-090 - Porto Alegre/RS
www.caurs.gov.br

00176.000548/2023-42

0121858v5



PROCESSO	1000137788/2021
PROTOCOLO	1417269/2021
INTERESSADO	M. R. A. LTDA
ASSUNTO	AUSÊNCIA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
RELATOR	CONSELHEIRA MÁRCIA ELIZABETH MARTINS

RELATÓRIO

Trata-se de processo de fiscalização, originado por meio de rotina fiscalizatória, processo de fiscalização 1000137788/2021, em que se averiguou que a pessoa jurídica, M. R. A. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.938.223/0001-44, exerceu atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, estar registrada no CAU.

Nos termos do art. 13, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, o Agente de Fiscalização do CAU/RS efetuou, em 19/10/2021, a Notificação Preventiva intimando a parte interessada a adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para regularizar a situação ou apresentar contestação escrita.

Notificada em 19/10/2021, por e-mail, a parte interessada tomou ciência e apresentou manifestação, alegando que o registro da empresa era recente e que aceitava orientações, recebendo as orientações no mesmo dia.

Permanecendo silente após este retorno.

Em razão da ausência de regularização da situação averiguada, nos termos do art. 15, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, o Agente de Fiscalização do CAU/RS lavrou, em 10/11/2021, o Auto de Infração nº 1000137788 / 2021 (doc. 008), por AUSÊNCIA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA no CAU, infração ao art.35, inciso X, da Resolução CAU/BR nº22/2012, c/c o art.7º da Lei nº 12.378/2010, fixando a multa no valor de R\$ 2.857,05 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), e intimou a parte interessada a, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento da multa aplicada e regularizar a situação averiguada ou apresentar defesa à Comissão de Exercício Profissional - CEP-CAU/RS.

Intimada em 10/11/2021 (doc. 008, 009 e 010), por e-mail. A parte interessada tomou ciência (doc. 011) e respondeu ao e-mail, encaminhando, no mesmo dia, solicitação de cadastro de PJ. Entretanto não apresentou uma defesa.

A empresa solicitou registro no CAU no dia 10/11/2021 e o registro passou a vigorar em 07/12/2021 (doc. 014).



O processo, então, foi submetido à CEP-CAU/RS para julgamento, com base no art. 21, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, que diz que compete a essa Comissão julgar à revelia a pessoa física ou jurídica autuada que não apresentar defesa tempestiva ao auto de infração.

Após ser distribuído ao conselheiro relator, Rafael Artico, em 09/05/2022, apresentou relatório e voto fundamentado em 13/06/2022.

Em 13/06/2022, a Comissão de Exercício Profissional do CAU/RS decidiu por aprovar, unanimemente, o relatório e voto fundamentado do conselheiro relator no âmbito da CEP-CAU/RS, através da Deliberação nº 051/2022 da Comissão de Exercício Profissional - CEP/CAU/RS, decidindo pela manutenção do Auto de Infração nº 1000137788/2021, e, consequentemente, da multa imposta por meio deste, em razão de que a pessoa jurídica autuada, M. R. A. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.938.223/0001-44, incorreu em infração ao art. 35, inciso X, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por exercer atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, estar registrada no CAU.

Em 17/02/2023, a pessoa jurídica autuada foi regularmente comunicada do julgamento da comissão, através de e-mail, acompanhado de cópia da decisão proferida e boleto da multa. A ciência do julgamento ocorreu no mesmo dia, com resposta ao e-mail do conselho (p. 52), quando manifestou:

“Recebi este e-mail, mas gostaria de entender melhor a situação. Uma vez q estou ativa como empresa, desde a efetivação da recente abertura, e como arquiteta desde a emissão do diploma, permanecendo como única “socio”. Acrescento que estou com os agendamentos de pagamento do exercício 2023 já antecipados para 28/02.”

Por e-mail, a assessoria da CEP, respondeu à parte, prestando todos os esclarecimentos cabíveis acerca dos trâmites, decisões e prazos, informando principalmente sobre a possibilidade de recurso ao Plenário do CAU/RS e o prazo limite.

Em 22/02/2023 a parte autuada manifestou, por e-mail, sua inconformidade, e apresentou, tempestivamente, recurso contra a decisão da CEP-CAU/RS, alegando que:

“porém como da época havia informado, nem eu sabia da efetivação da abertura, perante empresa de contabilidade e prefeitura de tramandaí, para onde me mudei e para onde julguei correta a abertura da empresa. quando tive acesso aos retornos e efetivação da abertura que recebi inclusive na data as taxas lançadas e paga à prefeitura e o então aabertua do processo de registro no conselho. e reitero, como arqta, mantive ativo o vínculo no cau, como única integrante da empresa, única socio como sigo sendo, ou seja, eu comigo memsa, só dei continuidade, algo que viria no ano seguinte a acrescentar, está me causando despesas e transtornos com tal autuação. na tentativa de organização, profissionalização e crescimento, me vejo arrependida. nao vejo qqr dano causado ao cau, apenas somei ainda mais um registro, prejudicada me sinto com tal boleto a pagar, por isso questiono e tenho dificuldade de entender.”



Em 18/04/2023, o recurso foi encaminhado ao Plenário do CAU/RS, para apreciação e julgamento, com base em relatório e voto fundamentado do conselheiro relator designado dentre os membros do Plenário do CAU/RS, nos termos do art. 55, caput, da Resolução CAU/BR nº 198/2020.

Vieram os autos, então, a esta conselheira.

É o relatório.

VOTO FUNDAMENTADO

Da análise do conjunto probatório existente nos autos, depreende-se que a pessoa jurídica foi constituída para o fim de “71.11-1-00 - Serviços de arquitetura”, conforme consta no cadastro do CNPJ (p. 04) e JUCISRS (p. 06), os quais se constituem como atividades privativas da profissão de arquitetura e urbanismo e estão sujeitas à fiscalização do CAU/RS.

Importa ressaltar que é dever das pessoas jurídicas efetuar e manter ativo o registro nos Conselhos de Fiscalização Profissional, nos termos do art. 1º, da Lei nº 6.839/1980, o qual estabelece a atividade básica desenvolvida ou o serviço prestado a terceiros como critério definidor da obrigatoriedade de registro das empresas nas entidades competentes para a fiscalização, conforme segue:

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Salienta-se que o art. 7º, da Lei nº 12.378/2010, estipula:

Art. 7º Exerce ilegalmente a profissão de arquiteto e urbanista a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, privativos dos profissionais de que trata esta Lei ou, ainda, que, mesmo não realizando atos privativos, se apresenta como arquiteto e urbanista ou como pessoa jurídica que atue na área de arquitetura e urbanismo sem registro no CAU.

Além disso, a Resolução do CAU/BR nº 028/2012, que trata do registro de pessoa jurídica no CAU, assim estabelece:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, ficam obrigadas ao registro nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF):

I - as pessoas jurídicas que tenham por objetivo social o exercício de atividades profissionais privativas de arquitetos e urbanistas;

II - as pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades privativas de arquitetos e urbanistas cumulativamente com atividades em outras áreas profissionais não vinculadas ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo;

III - as pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades de arquitetos e urbanistas compartilhadas com outras áreas profissionais, cujo responsável técnico seja arquiteto e urbanista.



§1º O requerimento de registro de pessoa jurídica no CAU/UF somente será deferido se os objetivos sociais da mesma forem compatíveis com as atividades, atribuições e campos de atuação profissional da Arquitetura e Urbanismo.

§2º É vedado o uso das expressões “arquitetura” ou “urbanismo”, ou designação similar, na razão social ou no nome fantasia de pessoa jurídica se a direção desta não for constituída paritária ou majoritariamente por arquiteto e urbanista.

Desta forma, tendo em vista sua atividade envolver, conforme descrito no CNPJ e em seu Objeto Social, SERVICOS DE ARQUITETURA, e como atividade econômica principal: CNAE 7111100- SERVIÇOS DE ARQUITETURA, que se constituem como atividades privativas da profissão de arquitetura e urbanismo, nos termos da Resolução CAU/BR nº 021/2012 e da Resolução CAU/BR nº 051/2013, torna-se obrigatório o registro da pessoa jurídica neste Conselho Profissional.

Uma vez que a pessoa jurídica utiliza em seu nome fantasia o termo “arquitetura”, demonstra de forma clara e cristalina que esta foi constituída por profissional da área, com o objetivo de explorar a profissão, não restam dúvidas de que é obrigatório o registro nesse Conselho, nos termos do art. 11, da Lei nº 12.378/2010.

Sobre as alegações da parte autuada, ao solicitar recurso ao plenário, cabe esclarecer que:

1. Segundo a parte, “... *nem eu sabia da efetivação da abertura, perante empresa de contabilidade e prefeitura de tramandaí, para onde me mudei e para onde julguei correta a abertura da empresa.*”

Espera-se que na abertura e registro de uma empresa, o principal responsável ou sócio administrador tenha conhecimento dos trâmites necessários bem como da efetivação do registro.

2. Ainda de acordo com a manifestação da parte: “... *e reitero, como arqta, mantive ativo o vínculo no cau, como única integrante da empresa, única socia como sigo sendo, ou seja, eu consigo memsa, só dei continuidade, algo que viria no ano seguinte a acrescentar, está me causando despesas e transtornos com tal atuação.*”

O vínculo ativo no CAU, como pessoa física, não substitui o registro obrigatório para pessoa jurídica que tenha sido constituída para o fim de “71.11-1-00 - Serviços de arquitetura”, conforme consta no cadastro do CNPJ (p. 04) e JUCISRS (p. 06), os quais se constituem como atividades privativas da profissão de arquitetura e urbanismo e estão sujeitas à fiscalização do CAU/RS.

3. Finalizando sua manifestação a parte manifesta: “na tentativa de organização, profissionalização e crescimento, me vejo arrependida. nao vejo qqr dano causado ao cau, apenas somei ainda mais um registro, prejudicada me sinto com tal boleto a pagar, por isso questiono e tenho dificuldade de entender.”

As informações e orientações sobre procedimentos a serem tomados, bem como os prazos a se observar e as possíveis implicações, estão bem claros na própria notificação preventiva.

Importante salientar que o conhecimento e a observância das informações, orientações, comunicações, normativas do CAU são valiosos para os profissionais e fundamentais para o adequado exercício da profissão.



Verifica-se, ainda, que o Auto de Infração foi constituído de forma regular, pois observou os requisitos previstos no art. 16, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, e foi lavrado após o transcurso do prazo da notificação preventiva, sem a parte interessada tenha efetivado a regularização da situação averiguada, mesmo existindo comunicação com o conselho, oportunidades em que foi informada e orientada sobre procedimentos e prazos.

O registro da PJ não foi efetuado no prazo legal, tendo sido solicitado após ciência do auto de infração, dia 10/11/2021, e foi efetivado em 07/12/2021.

Por sua vez, observa-se que a multa, imposta por meio do Auto de Infração nº 1000137788 / 2021 (doc. 008), em 10/11/2021, no valor de R\$ 2.857,05 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), foi aplicada de forma correta, tendo em vista que, verificada a situação de irregularidade, foram respeitados os limites fixados no art. 35, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, conforme segue:

Art. 35. As infrações ao exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo nos termos definidos nesta Resolução serão punidas com multas, respeitados os seguintes limites:

(...)

X - Pessoa jurídica sem registro no CAU exercendo atividade privativa de arquitetos e urbanistas;

Infrator: pessoa jurídica;

Valor da Multa: mínimo de 5 (cinco) vezes e máximo de 10 (dez) vezes o valor vigente da anuidade;

XI - Pessoa jurídica sem registro no CAU e no CREA exercendo atividade compartilhada entre a Arquitetura e Urbanismo e profissão fiscalizada por este último conselho;

Infrator: pessoa jurídica;

Valor da Multa: mínimo de 5 (cinco) vezes e máximo de 10 (dez) vezes o valor vigente da anuidade;

Entretanto, em 27 de março de 2023, entrou em vigor a Resolução nº 198, de 15 de dezembro de 2020, do CAU/BR, que revogou a Resolução CAU/BR nº 22/2012 e dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo, sobre as ações de natureza educativa, preventiva, corretiva e punitiva, sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento de processos e para aplicação de penalidades por infração à legislação vigente e dá outras providências.

O art. 81, *caput* e parágrafo único, da supracitada Resolução, estabeleceu o seguinte:

Art. 81. As disposições processuais estabelecidas por meio desta Resolução não retroagirão e serão aplicadas imediatamente a todos os processos de infração à legislação de regência da Arquitetura e Urbanismo em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência de atos normativos revogados.



*Parágrafo único. As disposições materiais não retroagirão, **exceto quando mais benéficas ao infrator** (grifo nosso)*

Convém esclarecer que as disposições materiais são as que dizem respeito à infração, à multa e à prescrição, sendo as disposições processuais todas as restantes.

Tendo em vista o disposto no art. 81, parágrafo único, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, a multa deve ser calculada de acordo com a norma mais benéfica ao infrator entre a Resolução CAU/BR nº 22/2012 e a Resolução CAU/BR nº 198/2020, ou seja, com a norma que leve a um valor menor.

Portanto, verificaremos a norma mais benéfica, passando à dosimetria da pena com base na Resolução CAU/BR nº 198/2020.

Os arts. 41 e 42 da Resolução CAU/BR nº 198/2020 dizem:

Art. 41. Para definição do valor da multa a ser aplicada pelo agente de fiscalização, será realizado o somatório da pontuação estabelecida nas tabelas I, II e III, equivalente a cada um dos critérios analisados, conforme Quadro I - Fórmula de Cálculo, e, posteriormente, realizada a verificação de equivalência da pontuação final em valores de anuidades, conforme Tabela V - Dosimetria da Sanção anexa.

Art. 42. No julgamento dos processos de fiscalização pelas Comissões de Exercício Profissional ou pelos Plenários, poderão ser observadas as seguintes circunstâncias atenuantes, cuja pontuação encontra-se estabelecida na Tabela IV - Circunstâncias atenuantes anexa:

I - insuficiência econômica comprovada da pessoa física ou jurídica autuada;

II - infração cometida sob coação, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, provocada por ato irregular de outrem;

III - fato praticado por relevante valor social;

IV - reparação dos eventuais danos, antes do julgamento do auto de infração pela CEP-CAU/UF;

V - eliminação do fato gerador do auto de infração.

Parágrafo único. Para redefinição do valor da multa pela Comissão de Exercício Profissional, será realizado novo somatório, contabilizando a pontuação constante na tabela IV - Circunstâncias Atenuantes, conforme Quadro I - Fórmula de Cálculo, e, posteriormente, realizada a verificação de equivalência da pontuação final em valores de anuidades, conforme Tabela V - Dosimetria da Sanção.

Passamos, então, à dosimetria da pena de acordo com o anexo da Resolução CAU/BR nº 198/2020 - TABELAS E QUADRO.

ANEXO – TABELAS E QUADRO

**TABELA I - INFRAÇÕES AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

INC.	INFRAÇÃO	GRAVIDADE	PONTUAÇÃO MÍNIMA
II	Exercício ilegal da profissão Exercer, promover-se, divulgar que exerce ou oferecer atividade fiscalizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, sem registro no CAU, configurando exploração econômica da atividade. Infrator: pessoa jurídica.	GRAVÍSSIMA	13 pontos

TABELA II - GRAU DE IMPACTO DA ATIVIDADE FISCALIZADA DE ACORDO COM O CONTEXTO DE SUA PRÁTICA

ATIVIDADE REALIZADA EM	GRAU DE IMPACTO	PONTUAÇÃO CUMULATIVA	SIM	NÃO
Área de preservação ambiental	Altíssimo	+ 6		x
Edificação ou área protegida ou tombada	Altíssimo	+ 6		x
Edificação, equipamento ou área de uso público (institucional, comunitário, dentre outras.)	Alto	+ 4		x
Edificação de uso coletivo (multifamiliar, comercial, misto ou serviços, dentre outras.)	Médio	+ 3		x
Edificação de uso unifamiliar	Baixo	+ 1		x

TABELA III
CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES

<u>CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES</u>	PONTUAÇÃO CUMULATIVA	SIM	NÃO
antecedentes da pessoa física ou jurídica autuada, quanto à condição de primariedade ou de reincidência da infração	Sem reincidência: +0	x	
	1ª Reincidência: + 2		x
	2ª Reincidência: + 4		x
	3ª Reincidência ou mais: + 6 e encaminhamento à Comissão de Ética e Disciplina		x
ato infracional cometido por conselheiro ou funcionário do CAU/BR ou CAU/UF	+6		x

**TABELA IV - CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES**

	CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES*	PONTUAÇÃO	SIM	NÃO
I	Comprovar insuficiência econômica da pessoa física ou jurídica autuada	- 2		x
II	Cometer infração sob coação, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, provocada por ato irregular de outrem	- 3		x
III	Praticar o fato por relevante valor social	- 3		x
IV	Reparar eventuais danos antes do julgamento pela CEP-CAU/UF	- 4		x
V	Eliminar o fato gerador do auto de infração	- 5	x	

*a tabela IV (atenuantes) poderá ser utilizada apenas no julgamento dos processos de fiscalização pelas Comissões ou Plenário competente.

QUADRO I - FÓRMULA DE CÁLCULO:

PONTUAÇÃO = Tabela I (13 pontos) + Tabela II (0 pontos) + Tabela III (0) + Tabela IV (-5 pontos)
= 08 pontos

TABELA V - DOSIMETRIA DA SANÇÃO

PONTUAÇÃO	ANUIDADES
De 7 a 8 pontos	4

Assim, uma vez que a dosimetria do valor da multa conforme a Resolução CAU/BR nº 198/2020 acarreta a aplicação de sanção de 4 (quatro) anuidades, a multa do auto de infração deve ser de acordo com esta Resolução CAU/BR nº 22/2012, por ser mais benéfica ao infrator, nos termos do art. 81, parágrafo único, da Resolução CAU/BR nº 198/2020.

Ainda, nos termos do anexo da Deliberação nº 005/2023 - CEP-CAU/RS, de 02/03/2023, que respondeu a questionamentos do Grupo de Trabalho para o estudo sobre os impactos e implantações da Resolução nº 198, de 2020, opino pela redefinição do valor da multa aplicada pelo agente de fiscalização para o valor vigente das anuidades na data da notificação; desse modo, o valor de 4 (quatro) anuidades que corresponde a R\$ 2.536,16 (dois mil, quinhentos e trinta e seis reais com dezesseis centavos).

CONCLUSÃO

Deste modo, considerando que, até a presente data, embora a situação averiguada tenha sido regularizada e a **empresa tenha se registrado no CAU/RS**, registro nº PJ518781, **não se efetuou o pagamento da multa aplicada pelo agente de fiscalização, opino pela manutenção do Auto de Infração nº 1000144348 / 2022, com valor ajustado, conforme o disposto no art. 81, parágrafo único, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, a multa deve ser calculada de acordo com**



a norma mais benéfica ao infrator entre a Resolução CAU/BR nº 22/2012 e a Resolução CAU/BR nº 198/2020, ou seja, com a norma que leve a um valor menor, para o valor de 4 (quatro) anuidades que corresponde a R\$ 2.536,16 (dois mil, quinhentos e trinta e seis reais com dezesseis centavos), com fulcro nos arts. 49, § 2º, inciso I, e art. 81, parágrafo único, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, em razão de que a pessoa jurídica autuada, M. R. A. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.938.223/0001-44, incorreu em infração ao art. 35, inciso X, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por ausência de registro de pessoa jurídica no CAU.

Após o trânsito em julgado, cientifique-se à Unidade de Fiscalização do CAU/RS, para que averigue a regularidade da situação que deu origem ao Auto de Infração do presente processo, nos termos dos artigos 75 e 76 da Resolução CAU/BR nº 198/2020.

Porto Alegre – RS, 24 de novembro de 2023



Documento assinado digitalmente

MÁRCIA ELIZABETH MARTINS

Data: 23/11/2023 08:06:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MÁRCIA ELIZABETH MARTINS
Conselheira Relatora